



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 94
Processo nº 24435/09
Rubrica

Processo no 24435/09

Órgão de Origem: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Exame do Edital nº 01/2009, publicado no DODF de 30.07.09, que regula o concurso para diversos empregos da CAESB. Decisão n.º 6028/09: diligência. Pedido de Reexame. Decisão n.º 6561/09: recurso admitido.

- Pelo excepcional provimento do recurso.

Senhor Diretor Substituto,

O presente processo tem por objeto o Edital nº 01/2009, publicado no DODF de 30.07.09 (fls. 1 a 31), por meio do qual a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB tornou pública a abertura de inscrição em concurso público para diversos empregos.

2. Após tomar conhecimento do referido edital, o Tribunal, a teor da Decisão n.º 6028/09 (fls. 60/61), deliberou por:

“1) de acordo com o voto do Relator: I – tomar conhecimento do Edital n.º 01/2009, fls. 01/31; II - determinar à Companhia de Saneamento Ambiental do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 95
Processo nº 24435/09
Rubrica

Distrito Federal que, no prazo de 05 (cinco) dias: **a) encaminhe cópia da autorização dada pelo Conselho de Política de Recursos Humanos para a realização do certame;** b) retifique o edital normativo para: b1) desfazer a divergência entre o subitem 1.4, onde se definiu que o Cadastro de Reserva se constitui por candidatos aprovados que, não tendo sido contemplados pelo número de vagas disponíveis, têm expectativa de direito à nomeação limitada pelo prazo de validade do concurso e eventual prorrogação, e o subitem 2.1, onde consta que para vários cargos oferecidos no certame em exame serão criados apenas Cadastros de Reserva, não havendo previsão inicial de vagas a serem preenchidas; b2) adequar o subitem 5.1 ao entendimento do TCDF exarado nas Decisões nº 156/2005 e 806/2008, quanto ao arredondamento a ser observado no cálculo da quantidade de vagas destinadas a deficiente físico; b3) alterar a redação do subitem 3.1.1, no sentido de que o candidato deverá ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição da República Federativa do Brasil; **b4) corrigir, no subitem 4.14, o prazo de entrega do requerimento de isenção da taxa de inscrição, que deverá coincidir com o prazo final de inscrição, de modo a garantir o respeito ao princípio constitucional da igualdade e a não-restrição dos benefícios previstos nas Leis de nºs 1.321/96, 1.752/97 e 4.104/2008;** b5) compatibilizar a redação do subitem 4.15, com a nova redação do subitem 4.14; b6) incluir nos itens 4, 5 e 6 do edital a previsão de 3 (três) dias úteis para contestação do estabelecido nos subitens 4.17, 5.5 e 6.3, de modo a possibilitar a réplica, tendo por analogia o disposto no art. 44 do Decreto nº 21.688/2000; **b7) incluir no subitem 17.10 a informação de que o resultado final do certame será homologado, também, pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, conforme determina o art. 48 do Decreto nº 21.688/2000;** b8) alterar os subitens 1.3 e 17.9 para deixar claro que a contagem do prazo de validade do concurso terá início a partir da publicação da homologação do resultado final e não da simples homologação; b9) adequar a redação do subitem 17.6 ao entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF, esposado no Recurso Extraordinário nº 227480, no sentido de que os candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecidas têm direito assegurado à contratação e não mera expectativa de direito, conforme consta do Informativo nº 520 do STF; b10) corrigir o nome do cargo mencionado no subitem 14.1.1 para "Agente Operacional A"; III - dispensar a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB de remeter cópia do edital normativo ora analisado e de cópia da publicação do aviso do concurso em jornais locais, diários e de grande



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 96
Processo nº 24435/09
Rubrica

circulação, conforme determina a Resolução TCDF nº 168/04, uma vez que essa documentação já foi juntada aos autos pelo órgão instrutivo; IV - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento; **2) acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público, determinar à Jurisdicionada que altere o item 3.1.4 do edital, para fazer constar que a previsão de idade mínima de dezoito anos só seja exigida para o caso de emprego noturno, perigoso ou insalubre, a teor do que dispõe o art. 7º, XXXIII, CF.”.** (grifamos)

3. Em face do disposto no item 1, subitem II, alíneas “a”, “b4”, “b5” e “b7”; e no item 2, da Decisão supra, a CAESB interpôs o Pedido de Reexame de fls. 63/78, requerendo a reconsideração do disposto nas referidas alíneas. O recurso foi admitido, suspendendo-se os efeitos do *decisum*, nos termos da Decisão n.º 6561/09, que a seguir transcrevemos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Pedido de Reexame formulado pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB contra o disposto nos itens 1, II-a, b4, b5, b7 e 2 da Decisão nº 6028/2009, conferindo-lhe efeito suspensivo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c a alínea “a” do inciso II do art. 188 e art. 189, ambos do Regimento Interno do TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 10/01, e art. 1º da Resolução - TCDF nº 183/07; II - dar conhecimento do teor desta decisão à Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB, conforme estabelece o § 2º do artigo 4º da Resolução - TCDF nº 183/07, com o alerta de que ainda pende de análise o mérito do referido recurso; III - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para a análise do mérito do recurso em apreço.”

4. Dessa forma, os autos retornaram a esta Divisão Técnica para análise de mérito do recurso em foco.

Do Pedido de Reexame

5. A CAESB pretende seja reformada a Decisão Plenária n.º 6028/09, itens 1, II, alíneas “a”, “b4”, “b5” e “b7”; e 2, que determinou que o órgão encaminhasse a cópia da autorização pelo Conselho de Política de Recursos



Humanos para a realização do certame, bem como a retificação dos subitens 4.14, 4.15, 17.10 e 3.1.4 do edital em evidência¹.

6. O órgão alega para tanto, em relação à retificação dos subitens 4.14 e 4.15, que fora determinada a entrega dos documentos referentes à isenção do pagamento da taxa de inscrição antes do fim das inscrições para que eles fossem avaliados, constatando-se, dessa forma, se o candidato poderia usufruir do benefício e, em caso contrário, poderia o candidato realizar a inscrição em igualdade de condições com os outros até o término do período destinado a esse fim. Por outro lado, a CAESB ressalta que se os aludidos documentos fossem recebidos até o encerramento das inscrições e o candidato tivesse seu pleito de isenção indeferido, não teria ele tempo para realizar a inscrição, ficando sem possibilidade de participação no certame.

7. Registra também que, para dar cumprimento à determinação desta Corte, seria necessária a reabertura do prazo de inscrições, o que motivaria a reformulação do cronograma do certame e consequente atraso na aplicação das provas, prejudicando a população do DF, tendo em conta que o certame visa a recomposição do quadro de funcionários, com vistas a manutenção do sistema de abastecimento de água e esgoto do Distrito Federal.

8. Ressalta que nos concursos vindouros observará a determinação desta Corte, de modo que nos editais normativos haverá previsão de que os pedidos de isenção poderão ser feitos durante todo o período de inscrições.

9. A entidade aponta situação semelhante à ora em exame, observada no âmbito do Processo TCDF n.º 13697/09, no qual o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM interpôs Pedido de Reexame em face do item I, alínea “b”, Decisão n.º

1 Os subitens 4.14 e 4.15 dizem respeito à estipulação de prazo inferior ao de inscrição para entrega do requerimento de isenção de taxa de inscrição, desrespeitando, assim, o princípio da igualdade. Já o subitem 17.10 não previu que o resultado final do certame seria homologado também pelo Secretário de Planejamento e Gestão do DF e o 3.1.4 estabeleceu idade mínima de 18 anos para assunção aos empregos.



3843/09². Naqueles autos, após análise dos argumentos apresentados, o TCDF deu provimento ao Pedido de Reexame interposto, a teor da Decisão n.º 5343/09³.

10. Relativamente à retificação do subitem 17.10 do edital normativo, que não prevê que o edital de resultado final do certame será homologado também pelo Secretário de Planejamento e Gestão do DF, conforme determina o art. 48 do Decreto n.º 21688/00, a CAESB aponta que não é necessária a respectiva retificação, tendo em vista a edição do Decreto n.º 28690/08, publicado no DODF de 18/01/08, cujo art. 1º assim dispõe:

“Art. 1º. A realização de concurso público para fins de provimento de vagas da Tabela de Empregos Permanentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista custeadas com recursos próprios será autorizada pelos respectivos Conselhos de Administração e Diretoria Colegiada, observada a conveniência e oportunidade, bem como a disponibilidade de vagas e de recursos orçamentários e financeiros da Empresa.

Parágrafo único - Às empresas de que trata o caput não se aplica o disposto nos artigos 1º, 2º e 48 do Decreto nº 21.688, de 07 de julho de 2000, devendo ser observadas as demais disposições que regulamentam o certame.”.

11. No que tange ao item 1, II, “a”, da Decisão n.º 6028/09, que determinou que a CAESB encaminhasse cópia da autorização pelo CPRH para

2 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, ao tomar conhecimento do citado edital (fls. 1 a 14) e do Ofício nº 349/09-GAB/SEPLAG, de 26/05/09, e dos documentos que o acompanham (fls. 15 a 37), decidiu: I - determinar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão que, no prazo de 05 (cinco) dias, retifique o Edital nº 01-SEPLAG/IBRAM, de 19/05/09, com a finalidade de: a) ampliar para 03 (três) dias úteis o prazo de contestação previsto nos subitens 3.4.1.1 e 5.4.9.4.1, de modo a efetivamente permitir a possibilidade de réplica, aplicando-se, por analogia, o disposto no art. 44 do Decreto nº 21.688/2000; **b) excluir, do subitem 5.4.7.2, as expressões “das 10 horas às 18 horas, nos dias 1º a 5 de junho de 2009” e “postado (a) impreterivelmente até o dia 5 de junho de 2009”, fazendo as adaptações necessárias ao texto, de modo a garantir o respeito ao princípio constitucional da igualdade e a observância do disposto no art. 5º da Lei nº 4.104/08;** c) substituir, no subitem 13.2, a expressão “e/ou” por “e”, visto que a divulgação de atos, editais e comunicados referentes ao concurso pela Internet não dispensa a publicação no DODF, conforme dispõe o art. 10 do Decreto nº 21.688/2000; d) substituir, no subitem 13.27, a expressão “SEPLAG” por “Secretário de Planejamento e Gestão”, de modo a guardar conformidade com o disposto no art. 47 do Decreto nº 21.688/2000; II – devolver os autos à 4ª Inspeção de Controle Externo, para acompanhamento do certame. (grifamos)

3 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Instrução de fls. 73/80; II - considerando o formal compromisso do titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no sentido de adotar a medida determinada pelo item I, alínea “b”, da Decisão nº 3.843/09, a partir dos próximos editais, dar provimento ao pedido de reexame de fls. 59/61, por ele interposto; III - autorizar: a) seja dada ciência ao órgão jurisdicionado desta decisão; b) a remessa dos autos à 4ª ICE, para as providências pertinentes.



realização do certame, o órgão esclarece que em razão do Decreto acima citado, não se faz necessária a referida anuência.

12. Quanto à retificação do subitem 3.1.4 do edital que exigia a idade mínima de 18 anos para assunção aos empregos, a CAESB alega que, tendo em vista que é uma empresa que planeja, projeta, executa e opera os sistemas de abastecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, tem natureza singular e, assim, é necessária uma maior cautela na seleção de seus empregados.

13. Nessas condições, entende que além do candidato estar habilitado tecnicamente para assumir o emprego, é necessário que seja responsável civil e criminalmente, o que não acontece com o menor de 18 anos, mesmo emancipado, que, do ponto de vista penal, não o é.

14. A entidade aduz que a idade mínima de 18 anos foi o limite que houve por bem adotar, em razão da maturidade física e necessária para o desempenho das atribuições inerentes aos empregos a serem preenchidos, sem, contudo, atentar contra o princípio da razoabilidade.

15. Por fim, registra que, inobstante a matéria em foco despertasse muito divergência entre os Tribunais Superiores, restou pacificada pela Súmula n.º 683 do STF, nos seguintes termos:

“O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido”.

Da Análise de Mérito do Pedido

16. Relativamente à manutenção do disposto nos subitens 4.14 e 4.15 do edital normativo, referentes ao prazo para requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, não concordamos com o argumento da CAESB de que os documentos atinentes ao referido pedido só pudessem ser examinados



em período anterior ao fim das inscrições, de forma que o candidato, cujo pedido fosse indeferido, pudesse realizar a inscrição até o término do período destinado a esse fim, possibilitando, dessa forma, a participação no certame. A nosso ver, o candidato que se sentir em condições de usufruir do benefício da isenção pode realizar sua inscrição juntamente com respectivo pedido até o último dia do período de inscrições e, no caso do indeferimento do pleito, bastaria o recolhimento da taxa de inscrição. Assim, a adoção de métodos administrativos como a simples dilatação do prazo para pagamento da citada taxa (e não do prazo para as inscrições) solucionaria o problema aventado pela CAESB.

17. Por outro lado, não podemos olvidar que o período de inscrições encerrou-se em 03/09/09, estando marcadas para os dias 15 e 22/11/09 as provas objetivas para os empregos em foco, conforme os documentos de fls. 89/92. Dessa forma, tendo em vista que para o efetivo cumprimento da deliberação desta Corte seria necessária a reabertura do prazo de inscrições e consequente atraso no cronograma do concurso, o que, a nosso ver, não seria razoável neste momento, sobretudo em função dos prejuízos que seriam causados à sociedade, bem como o compromisso da CAESB de que nos próximos certame haverá, nos editais normativos, previsão de que os pedidos de isenção poderão ser feitos durante todo o período de inscrições e ainda o precedente desta Corte, a teor da Decisão n.º 5343/09, proferida no âmbito do Processo n.º 13697/09, conforme exposto nos parágrafos 8º e 9º, propomos que o pedido da CAESB seja acolhido, excepcionalmente, quanto a este particular.

18. No tocante à manutenção do contido no subitem 17.10 do edital normativo do concurso, que não prevê a homologação do edital de resultado final pelo Secretário de Planejamento e Gestão, bem como ao determinado pelo item 1, II, "a", da Decisão n.º 6028/09, que fosse encaminhada cópia da autorização pelo Conselho de Política de Recursos Humanos para a realização do certame, entendemos que assiste razão à CAESB, tendo em contas as alegações trazidas pela entidade, sumarizadas nos parágrafos 10 e 11.



19. Com efeito, a edição do citado Decreto n.º 28690/08 tornou inaplicáveis os arts. 1º, 2º e 48⁴ do de n.º 21688/00, motivo pelo qual o respectivos pleitos merecem ser atendidos.

20. Quanto à retificação do subitem 3.1.4 do edital que exigia a idade mínima de 18 anos para assunção aos empregos, não concordamos com o argumento de que somente o candidato que possa ser responsabilizado criminalmente por algum ilícito praticado teria o direito de assumir um emprego público. Ora, se o menor cometer qualquer infração, poderá ser-lhe aplicada a legislação especial própria para sancionar a conduta ilícita. É o que deflui do artigo 228 da Constituição Federal: *São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.* (grifamos)

21. Ressalte-se ainda que o tema em destaque (idade mínima de 18 para assunção a empregos públicos) foi amplamente discutido no âmbito do Processo n.º 17081/07, no qual se analisou admissão pela própria CAESB de candidata com 16 anos de idade. Transcrevemos a seguir excerto do Parecer n.º 0968/07 – IMF do MPC/DF, onde o *parquet* bem assinala a não necessidade da referida exigência para ingresso em empregos públicos:

“(...) Todavia, por outro lado, a Constituição Federal não impõe a empresas como a CAESB a exigência de contratar servidores a partir dos dezoito anos.

11. É o que deflui do comando normativo dos artigos 7º, XXXIII, c/c 173, § 1º, II, CF:

4 Art. 1º. O concurso público destinado a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos efetivos e empregos permanentes da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal reger-se-á pelas normas estabelecidas neste decreto.

§ 1º A realização do concurso público é de responsabilidade da Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal.

§ 2º O concurso poderá ser realizado diretamente pelo órgão ou entidade interessada ou por meio de outros órgãos ou entidades especializadas, mediante expressa autorização da Secretaria de Gestão Administrativa, que fixará as condições de sua realização.

Art. 2º. A realização do concurso dependerá de prévia autorização do Governador, com audiência do Conselho de Política de Recursos Humanos.

(...)

Art. 48. O resultado final do concurso público realizado para empresas públicas e sociedades de economia mista será homologado pelo titular da entidade solicitante do concurso e pelo Secretário de Gestão Administrativa. (grifamos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 102
Processo nº 24435/09
Rubrica

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

*XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a **menores de dezesseis** anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (grifou-se)*

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(..)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

12. Veja-se que a proibição expressa na Carta Magna é relativa para os que têm entre quatorze e dezesseis anos e absoluta para os menores de quatorze anos. Contudo, retirando-se medidas apenas de proteção ao menor, proibição alguma se determina a quem já completou dezesseis anos. Importante notar que essa norma constitucional aplica-se às empresas públicas, como a CAESB, tendo em vista a já demonstrada relação trabalhista que as caracteriza.

13. Convém salientar que, no caso do regime estatutário, portanto aquele que comporta cargos públicos, a situação é diferente, porquanto o inciso XXXIII não se aplica a estes, como se pode notar pela dicção do artigo 39, § 3º, CF: *Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 103
Processo nº 24435/09
Rubrica

natureza do cargo o exigir. Note-se que a própria Constituição estabelece que a lei pode estabelecer outros requisitos, mas, repita-se, para o cargo público.

14. Disso advém a constitucionalidade da norma insculpida na Lei nº 8.112/90 (recepcionada no DF pela Lei nº 197/91), estabelecendo a idade mínima de dezoito anos para que haja ingresso em cargo público:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

(,,)

V - a idade mínima de dezoito anos.

15. A propósito, igual entendimento foi externado pelo Desembargador Roberval Casemiro Belinati (APC 2002.01.1.049090 -8 – TJDDT), quando analisava caso análogo: *Logo, não padece de qualquer inconstitucionalidade o limite mínimo previsto na Lei nº 8.112/90, aplicável no âmbito do Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 197/91, por atender, inclusive, ao princípio da razoabilidade, face à natureza e peculiaridades do cargo (...)*

16. Essa interpretação sistêmica da *Lex Mater* leva ao raciocínio inquebrantável de que, possuindo o candidato dezesseis anos completos, como no caso em apreciação, nada se lhe opõe para que assuma o emprego público. Noutras palavras, mais claras e simples, a limitação de dezoito anos restringe-se a cargos públicos. Para empregos públicos, basta que o candidato já possua dezesseis anos, para não sofrer quaisquer restrições.

17. Outra questão, ainda quanto a esse ponto, no entanto, se faz pertinente. Tendo o candidato menos de dezoito anos, a Constituição Federal impõe, de forma genérica, que o emprego a ser exercido não seja noturno, perigoso ou insalubre. No caso concreto, buscando respaldo no edital do certame, pode-se observar que a interessada logrou aprovação para o emprego (embora no edital a denominação seja cargo, aqui devendo ser entendida de forma ampla, pelas explicações já aduzidas alhures) de Agente de Suporte B – Estágio I, Atividade Administração: Área de interesse Apoio Administrativo, cuja descrição sumária prevê as seguintes atribuições:

*executar tarefas relativas ao atendimento a clientes,
programação de serviços e demais rotinas administrativas,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 104
Processo nº 24435/09
Rubrica

básicas ou especializadas, seguindo normas e procedimentos estabelecidos nas diversas unidades da empresa, bem como outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade; conduzir veículos da empresa, quando habilitado e autorizado, no exercício das funções; operar computador.

18. Pode-se perceber que nenhuma das atribuições do emprego público ocupado pela candidata enquadra-se como noturna, perigosa ou insalubre, porquanto referem-se a atividades administrativas rotineiras, normalmente executadas no expediente normal entre oito e dezoito horas.

19. Norma de igual proteção ao trabalhador adolescente encontra-se firmada no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas regras também mostram a pertinência de se considerar legal a contratação ora em análise. Veja-se o teor do artigo 67 da Lei nº 8.069/90:

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

(...)"

22. Registre-se que, naqueles autos, esta Corte, após oferecer oportunidade à candidata, cuja admissão estava em análise, de apresentar defesa sobre sua contratação, considerou legal o ingresso, a teor da Decisão n.º 4777/08.



23. Nessas condições, entendemos que as alegações apresentadas pela CAESB não socorrem à manutenção da exigência da idade de 18 anos para assunção a seus empregos. Por outro lado, conforme exposto no parágrafo 17, dado o estágio em que se encontra o certame, não seria razoável nesse momento a retificação pretendida no edital normativo em função dos prejuízos que seriam causados à sociedade, motivo pelo qual, a nosso ver, o pedido da CAESB pode ser, excepcionalmente, ser atendido.

24. Registre-se, contudo que, propomos seja determinado à CAESB que, nos editais normativos dos próximos concursos públicos, faça constar que a previsão de idade mínima de dezoito anos só seja exigida para o caso de emprego noturno, perigoso ou insalubre, a teor do que dispõe o art. 7º, XXXIII, CF.

25. Por fim, juntamos à fl 92, edital n.º 3/2009, publicado no DODF de 30/09/09, por meio do qual a CAESB retificou o edital normativo, atendendo as demais determinações contidas na Decisão n.º 6028/09.

Diante do exposto, sugerimos ao Plenário:

I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 89/93, considerando cumprida as diligências contidas no item 1, subitem II, alíneas “b1”, “b2”, “b3”, “b6”, “b8”, “b9” e “b10”, da Decisão n.º 6028/09;

II – dar provimento ao Pedido de Reexame de fls. 63/78, interposto pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB em face do disposto no item 1, subitem II, alíneas “a” e “b7”; e, excepcionalmente, quanto ao disposto nas alíneas “b4” e “b5” desse subitem e no item 2, todos da Decisão n.º 6028/09, excluindo-os da referida deliberação, mantendo-se inalterados os demais termos da Decisão recorrida;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo - 4ª DT

TCDF - 4ª ICE - 4ª DI
Folha nº 106
Processo nº 24435/09
Rubrica

III – determinar à CAESB que, nos editais normativos dos próximos concursos públicos, não estipule restrições quanto ao prazo para entrega do requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, que deverá coincidir com o prazo final de inscrição, de modo a garantir o respeito ao princípio constitucional da igualdade e a não-restrição dos benefícios previstos nas Leis n.º 1.321/96, n.º 1.752/97, n.º 3.962/07 e n.º 4.104/08; bem como faça constar que a previsão de idade mínima de dezoito anos só seja exigida para o caso de emprego noturno, perigoso ou insalubre, a teor do que dispõe o art. 7º, XXXIII, CF;

III – autorizar o retorno dos autos a esta 4ª ICE para acompanhamento do certame.

À consideração de V.Sa.

Brasília, 9 de novembro de 2009.

Carlos Antonio Costa dos Santos
Auditor de Controle Externo
Matrícula n.º 672-6